Art. 4.º — 1. As sociedades e empresas em nome individual que pretendam levar a efeito uma operação de concentração e auferir os benefícios previstos no artigo 1.º deverão entregar na Direcção-Geral de Transportes Terrestres um requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações em que indiquem, designadamente:

- a) A modalidade de operação de concentração, face às alternativas constantes do artigo 2.º;
- b) Benefícios fiscais pretendidos;
- c) Termos em que se propõem cumprir as condições referidas no n.º 1 do artigo 3.º;
- d) Descrição dos elementos, devidamente valorizados, dos activos a concentrar, com discriminação dos que serão utilizados directamente no exercício da actividade;
- e) Outros elementos demonstrativos dos benefícios empresariais e colectivos provenientes da operação de concentração.

2. Os benefícios a que se refere a alínea i) do n.º 1 e o n.º 4 do artigo 1.º serão concedidos por despacho do Ministro das Comunicações, com base em parecer fundamentado da Direcção-Geral de Transportes Terrestres; os restantes, por despacho do Ministro das Finanças, com base igualmente em pareceres fundamentados daquela Direcção-Geral e, conforme o caso, da Direcção-Geral das Alfândegas ou da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

3. Dos despachos referidos no número anterior constarão os benefícios concedidos e condições a cumprir pela sociedade que fica exercendo a actividade concentrada, bem como o prazo em que a concentração deverá ser efectuada e iniciada a actividade.

4. A decisão do Ministro das Finanças será comunicada pela Direcção-Geral das Alfândegas ou pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, conforme se trate de direitos aduaneiros ou de outros benefícios fiscais, à Direcção-Geral de Transportes Terrestres e às empresas interessadas.

5. Independentemente da concessão pelo despacho a que se refere o n.º 2, a aplicação dos benefícios previstos nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 1.º deve ser pedida ao Ministro das Finanças em requerimento a entregar, durante o mês de Janeiro do ano seguinte àquele em que os investimentos ou as despesas tenham sido realizados, na repartição de finanças competente para a tributação da empresa em contribuição industrial.

6. A entrega do requerimento fora do prazo fixado no número anterior importa a perda do direito à dedução relativa ao respectivo investimento realizado ou à consideração como custos das despesas efectuadas.

Art. 5.º — 1. Compete à Direcção-Geral de Transportes Terrestres fiscalizar o cumprimento das condições impostas nos despachos de concessão dos benefícios.

2. Verificando-se que qualquer das condições referidas no número anterior não foi satisfeita, por causa imputável à sociedade que ficou exercendo a actividade, caducarão os benefícios concedidos, devendo ainda as entidades competentes promover a liquidação dos impostos que não tenham sido liquidados, para pagamento no prazo de trinta dias a contar da notificação a fazer para o efeito pelos serviços.

3. A caducidade dos benefícios a que se referem a alínea i) do n.º 1 e o n.º 4 do artigo 1.º será declarada por despacho do Ministro das Comunicações e a dos restantes por despacho do Ministro das Finanças.

4. Para execução do disposto no n.º 2, relativamente aos benefícios referidos nas alíneas a) a h) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º, a Direcção-Geral de Transportes Terrestres comunicará imediatamente às Direcções-Gerais das Alfândegas e das Contribuições e Impostos a verificação do facto que revele o não cumprimento de qualquer das condições impostas.

5. Não sendo o pagamento referido no n.º 2 efectuado até ao fim do prazo estabelecido e tratando-se de impostos a cargo da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, será o respectivo título debitado ao tesoureiro para cobrança, com juros de mora, nos sessenta dias seguintes, findos os quais haverá lugar a procedimento executivo.

Art. 6.º Sempre que as empresas utilizem a autorização concedida ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º, deverão mencionar o facto no mapa das reintegrações e amortizações que acompanha a declaração para efeitos da liquidação da contribuição industrial.

Art. 7.º A dedução prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 1.º será escalonada pelo período de três anos, mas a parte que não possa ser deduzida num determinado ano, por insuficiência de matéria colectável, sê-lo-á nos anos seguintes, desde que não ultrapasse o último dos exercícios anteriormente referidos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias* — *Rui Alves da Silva Sanches*.

Promulgado em 27 de Março de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 136/74

de 4 de Abril

Verificando-se a necessidade de modificar a estrutura do quadro da classe do serviço especial, por forma a estabelecer uma relação mais adequada entre os efectivos dos postos de oficial superior e dos restantes postos que evite uma indesejável estagnação dos quadros;

Tornando-se necessário ainda criar a possibilidade de acesso, nesta classe, ao posto de capitão-de-mar-e-guerra;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os efectivos do quadro da classe do serviço especial, constantes do mapa I anexo ao Decreto-

-Lei n.º 48 349, de 24 de Abril de 1968, com as alterações que lhes foram introduzidas pela Portaria n.º 23 501, de 24 de Julho do mesmo ano, são aumentados de:

- Capitães-de-mar-e-guerra — 5;
- Capitães-de-fragata — 14;
- Capitães-tenentes — 26.

Art. 2.º — 1. O aumento de quadros referido no artigo anterior processar-se-á de forma gradual, à medida que vierem a ser preenchidos os restantes postos desta classe, de acordo com o escalonamento indicado no mapa seguinte, em que se estabelece a correspondência entre os efectivos autorizados para os postos de oficial superior e os efectivos totais existentes na classe:

Postos	Efectivos totais existentes na classe					
	Até 80	Após serem atingidos os mínimos				
		De 80	De 110	De 140	De 170	De 200
Capitão-de-mar-e-guerra	1	2	2	3	4	5
Capitão-de-fragata	2	4	7	10	13	16
Capitão-tenente	7	12	17	22	27	33

2. Os efectivos de oficiais superiores que constam das diversas colunas do mapa do número anterior, com excepção da primeira, só passam a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte àquele em que tiver sido atingido o mínimo de efectivos totais que se encontra referido em cada uma dessas colunas.

Art. 3.º — 1. O primeiro provimento no posto de capitão-de-mar-e-guerra só terá lugar depois de ao mesmo posto ter sido promovido um oficial das classes de marinha, de engenheiros maquinistas navais ou de administração naval mais novo que qualquer dos capitães-de-fragata da classe do serviço especial incluídos no terço superior destes oficiais, arredondado por defeito, ou nos três primeiros lugares do respectivo quadro, se o número for inferior a doze.

2. Até que se atinja o efectivo total fixado para o posto de capitão-de-mar-e-guerra da classe do serviço especial, os provimentos neste posto processar-se-ão por forma que não se exceda, em cada ano, um aumento dos seus efectivos superior a uma unidade.

Art. 4.º As promoções aos postos de segundo-tenente e superiores da classe do serviço especial passam a ter lugar segundo sistemas iguais aos estabelecidos para idênticos postos das classes de oficiais oriundos da Escola Naval.

Art. 5.º Os actuais quadros de primeiros-tenentes e segundos-tenentes e subtenentes da classe do serviço especial são substituídos por um quadro único de primeiros-tenentes, segundos-tenentes e subtenentes, cujos efectivos são iguais à soma dos efectivos actualmente fixados para aqueles quadros.

Art. 6.º — 1. Os limites de idade para a passagem à situação de reserva dos oficiais da classe do serviço especial são os seguintes:

- Capitão-de-mar-e-guerra — 62 anos;
- Capitão-de-fragata — 60 anos;
- Capitão-tenente — 58 anos;
- Primeiro-tenente — 56 anos;
- Segundo-tenente e subtenente — 52 anos.

2. Os limites de idade para a passagem à reserva nos postos de capitão-tenente e de primeiro-tenente dos actuais oficiais da classe do serviço especial ou dos que nela venham a ingressar através do respectivo curso de formação que, à data da publicação deste diploma, se encontrem a frequentar podem, a requerimento dos interessados, ser elevados para 60 e 58 anos, respectivamente.

3. Nos casos previstos no número anterior, os oficiais, ao atingirem os limites de idade fixados no n.º 1 deste artigo, são colocados na situação de adidos ao quadro, situação em que se mantêm até ao limite de idade referido no número anterior ou até ao limite de idade que corresponda ao posto a que entretanto hajam sido promovidos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias — Manuel Pereira Crespo.*

Promulgado em 27 de Março de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Serviços Centrais

Decreto-Lei n.º 137/74

de 4 de Abril

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada em Viena uma missão permanente, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que caberá a representação de Portugal no grupo de trabalho ocidental da Conferência para a Redução Mútua e Equilibrada de Forças na Europa Central.

Art. 2.º Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros poderá a referida missão permanente ser encarregada de representar Portugal nas conferências internacionais, que se realizem em Viena, quando elas sejam promovidas por organismos ou organizações internacionais que não tenham sede naquela cidade e junto dos quais não haja delegações dependentes, por lei, de outras entidades.

Art. 3.º A missão permanente criada por este diploma serão aplicáveis as disposições relativas ao funcionamento das missões diplomáticas portuguesas e, nomeadamente, o preceituado nos artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 38 728, de 24 de Abril de 1952, com a redacção dada ao corpo do artigo 4.º pelo Decreto-Lei n.º 39 504, de 31 de Dezembro de 1953.

Art. 4.º A missão permanente terá a composição que for determinada em portaria pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e da Coordenação.